

# Superior Tribunal de Justiça

## HABEAS CORPUS Nº 486.605 - PR (2018/0346007-2)

**RELATOR** : MINISTRO NEFI CORDEIRO  
**IMPETRANTE** : JOAO PAULO DE SOUZA CAVALCANTE  
**ADVOGADO** : JOAO PAULO DE SOUZA CAVALCANTE - PR044096  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : JOSE MENOLI DE OLIVEIRA (PRESO)

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de JOSE MENOLI DE OLIVEIRA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que denegou a ordem nestes termos (fls. 82/83):

HABEAS CORPUS CRIME. IMPUTAÇÃO AOS CRIMES DE DISPARO DE ARMA DE FOGO E AMEAÇA (ARTS. 15 DA LEI N. 10.826/2003, E 147 DO CÓDIGO PENAL). ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE E DESPROPORCIONALIDADE DA PRISÃO DECRETADA. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA POR CONTA DA AUSÊNCIA DE SEUS REQUISITOS LEGAIS. DECRETO PRISIONAL ADEQUADAMENTE FUNDAMENTADO. NECESSIDADE DA MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA ANTE O DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES IMPOSTAS NA CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. COMETIMENTO DE NOVO CRIME QUANDO EM LIBERDADE. PACIENTE SE MOSTRA CONTUMAZ NA PRÁTICA DELITIVA. PRESENTES OS REQUISITOS DOS ARTIGOS 312 E 313 DO CPP. INDÍCIOS SUFICIENTES DA MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E DE SE EVITAR O COMETIMENTO DE NOVOS DELITOS. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS, POR SI SÓ, NÃO SÃO HÁBEIS PARA PROMOVER A LIBERDADE DO PACIENTE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. CONHECE E DENEGA A ORDEM.

O paciente foi preso (18/5/2018) em flagrante, pela suposta prática de ameaça e de disparo de arma de fogo (arts. 15, caput, da Lei n. 10.826/2003 e 147, c/c o art. 61, II, a, do Código Penal), em discussões acerca da divisão de terras.

O impetrante alega constrangimento ilegal, principalmente por reunir todas as condições objetivas favoráveis, como primariedade, bons antecedentes, residência e emprego fixo.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação do decreto prisional e a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

Conforme informações prestadas às fls. 169/173, foi proferida sentença de mérito condenando o paciente à pena de 2 anos e 4 meses de reclusão e 11

# *Superior Tribunal de Justiça*

dias multa, e 02 meses e 12 dias de detenção, estabelecido o regime inicial semiaberto em virtude da reincidência e concedida liberdade ao paciente.

Desse modo, encontra-se superado o debate acerca do decreto de prisão preventiva do paciente, pois, configurado a sentença um novo título judicial e que o juízo de origem terminou a expedição de alvará de soltura em 25/2/2019, de modo que não há como negar a prejudicialidade deste *writ*, ante a perda superveniente de objeto.

Ante o exposto, julgo prejudicado o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator

